

Patrimônio Cultural: sentidos e significados nos espaços públicos de Natividade/TO.

Noeci Carvalho Messias¹

Resumo

O presente ensaio, procura situar historicamente a cidade de Natividade, localizada na região sudeste do estado do Tocantins. Essa cidade foi outrora um arraial minerador, do antigo Norte goiano, tendo suas origens na primeira metade do século XVIII. Da arquitetura colonial, o sítio destaca-se pela beleza do casario e dos prédios públicos, a exemplo da antiga cadeia pública e das igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Natividade e de São Benedito. Seu patrimônio cultural imaterial é de fundamental importância, cito a exemplo: o saber fazer das joias artesanais e as festividades do Divino Espírito Santo. O que apresento neste texto é, em parte, extraído da pesquisa que realizei durante o doutorado em História, pela Universidade Federal de Goiás, em 2010. Naquela ocasião, realizei pesquisa de campo, combinada a uma pesquisa documental e bibliográfica, adotando como metodologia a História Oral por considerá-la significativa para a reconstrução dos fatos históricos. Estabeleci diálogos teóricos com autores que discutem sobre a historiografia goiana e o patrimônio cultural, como Abreu (1999), Scarano (1978), Palacin e Borges (1976), Meneses (1994), Fonseca (2017), Chuva (2012), entre outros, para analisar o rico patrimônio cultural desta cidade e os seus sentidos e significados para os seus moradores.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Cidade de Natividade. Festas Populares.

Cultural Heritage: senses and meanings in the public spaces of Natividade/TO.

Abstract:

This essay seeks to situate historically the city of Natividade, located in the southeastern region of the state of Tocantins. This city was once a mining camp, in what used to be the North of Goiás, having its origins in the first half of the 18th century. From the colonial architecture, the site stands out for the beauty of the houses and public buildings, such as the old public jail and the churches of Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Natividade and São Benedito. Its intangible cultural heritage is of fundamental importance, I cite the example: the know-how of handcrafted jewelry and the festivities of the Divine Holy Spirit. What I present in this text is, in part, extracted from the research I carried out during my doctorate in History, at the Federal University of Goiás, in 2010. At that time, I carried out field research, combined with documentary and bibliographical research, adopting the methodology of Oral History for considering it significant for the reconstruction of historical facts. I established theoretical dialogues with authors who discuss Goiás historiography and cultural heritage, such as Abreu (1999), Scarano (1978), Palacin and Borges (1976), Meneses (1994), Fonseca (2017), Chuva (2012), among others. others to analyze the rich cultural heritage of this city and its senses and meanings for its residents.

Keywords: Cultural heritage. City of Nativity. Popular festivals.

Notas introdutórias: dimensões históricas da cidade de Natividade, TO.

Diversos estudos mostram que cada cidade constrói e reconstrói suas histórias e, ao longo de suas trajetórias, vão demarcando suas singularidades e imputando sentidos e significados, alguns dos quais são visibilizados nos espaços físicos e públicos urbanos. Ulpiano Meneses (1996), em seu texto *Morfologia das Cidades Brasileiras*, salienta que a cidade é um ser social complexo de fenômenos diversificados detentora de um sistema de representações e que:

[...] ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente (MENESES, 1996, p. 147).

As informações históricas, bem como as narrativas orais nos informam que o antigo arraial minerador de São Luís, atualmente Natividade, teve suas origens no século XVIII. As mesmas notícias históricas nos informam, ainda, que esse arraial foi detentor de significativa produção aurífera, tornando-se um dos mais importantes do Antigo Norte Goiano (MATOS, 1979; BERTRAN, 1988; PALACÍN, 1994).

Segundo Cavalcante (1999), no contexto do Movimento Separatista do Norte de Goiás, entre 1809 e 1815,

¹ Exerce a docência no curso de Licenciatura em Teatro, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Natividade chegou a ser a sede da residência do ouvidor Theotonio Segurado², da recém-criada Comarca do Norte. Na ocasião, o Príncipe Regente do Brasil, D. João VI, determinou que, enquanto não fosse edificada a sede, o ouvidor poderia residir no arraial de Natividade – o que ocorreu até a criação da Vila de São João de Palma, no dia 26 de janeiro de 1815, que serviu de sede efetiva da referida Comarca (GOIÁS, 1831).

Mais tarde, nas convulsões da independência do Brasil e com a frustrada tentativa da criação da Província do Norte, em 17 de setembro de 1821, Natividade foi sede da efêmera Província, da mesma forma que era centro da administração eclesiástica, por nela residir o vigário geral do Norte. (GOIÁS, 1821; PALACÍN; BORGES, 1976).

Conforme a Resolução de 1º de junho de 1831, do Conselho Geral da Província de Goiás, o arraial foi elevado à categoria de Vila, com o título de Vila de Natividade. Posteriormente, em decorrência da incorporação da Comarca de São João de Palma à Comarca de Cavalcante, em 1835, pela segunda vez, Natividade passa a ser o centro da referida Comarca.

Por meio da Lei nº 769, de 8 de novembro de 1886, o presidente da província de Goiás, Luís Silvério Alves Cruz, elevou a Vila de Natividade à categoria de cidade:

Fica elevada à categoria de cidade a Villa de Natividade, com a mesma denominação e limites, observadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da Presidência de Goiás, aos 8 de novembro de 1886 – 65ª da Independência e do Império. (GOIÁS, 1886)

No final do século XIX e limiar do XX, a cidade de Natividade foi afetada por novas mudanças. Naquela ocasião, os documentos enviados para a sede do governo central costumavam ser tão pessimistas que logravam sensibilizar as autoridades políticas quanto aos prejuízos e às dificuldades enfrentadas pelas péssimas condições das vias de comunicação e de deslocamentos dos moradores da localidade. Exemplo disso é um documento datado de 4 de abril de 1900, manuscrito e assinado por uma comissão de habitantes de Natividade, solicitando a criação da Comarca com sede na cidade de Natividade, alegando que a Comarca do Alto Tocantins, com sede em Porto Nacional, era de difícil acesso devido aos inúmeros obstáculos, especialmente na estação do inverno, pois não havia pontes que permitisse a travessia nos córregos e rios.

[...] não só a distância como também os estorvos que se destacam na estrada de Natividade a Porto Nacional impedem a boa ação e administração da justiça sendo [?] prejudiciais aos nossos direitos. Ocorre ainda que este município é bastante vasto possuindo três distritos, o de Natividade, de S. Miguel e Almas e de S. Anna da Chapada. A sua população em dezembro de 1890, apesar de não ter-se certificado o número que realmente existia

atingiu a 7.725 habitantes, porém hoje devido a emigração do Estado da Bahia assim como de outros municípios deste estado a sua população excederá a mais de 12.000 habitantes. [...]. (GOIÁS, 1900).

O documento evidencia que os habitantes locais faziam reivindicações utilizando como justificativa a vastidão do município, bem como as diversas dificuldades enfrentadas, pontuando o número de eleitores. Observa-se que os emissores do documento alegavam como justificativa o isolamento devido às distâncias consideráveis que separavam aquela localidade da cidade de Porto Nacional, sede da Comarca à qual pertencia, além dos obstáculos que apresentavam as travessias dos caudalosos rios existentes nos caminhos em direção a Porto Nacional, havendo prejuízos e dificuldades na administração da justiça. Essas reivindicações resultaram no Projeto nº 7 de junho de 1901 da Assembleia Legislativa de Goiás, o qual criou a Comarca de Natividade, com sede na cidade do mesmo nome.

Com a criação do estado do Tocantins em 1988, todavia, a cidade de Natividade passou a ser interligada às diferentes localidades regionais e nacionais por rodovias pavimentadas, facilitando o acesso e a comunicação. Atualmente, a cidade de Natividade está localizada na região Sudoeste do estado do Tocantins, distante 210 km da capital do estado, Palmas, e a 620 km da capital do Distrito Federal, Brasília. Sua população estimada em 2019 foi de 9.244 habitantes (IBGE).

O passado histórico de Natividade está presente nos mais variados aspectos da realidade dos seus moradores. Muitos fragmentos da sua trajetória histórica estão na arquitetura colonial das igrejas e dos casarios, nos festejos religiosos, nas manifestações culturais, nas esculturas e nas decorações que se encontram no sítio Jacuba de mãe Romana, na arte da filigrana e na diversificada gastronomia com o fabrico de bolos e biscoitos, como o tradicional amor-perfeito assado em forno a lenha e os licores de frutas nativas do cerrado.

É com o conhecimento de causa de quem acompanhou, viveu, pesquisou e escreveu sobre a criação do estado do Tocantins e o impacto disso em cada um dos seus municípios que me aventuro a trazer narrativas e dados de pesquisa documental para historicizar e interpretar, nos moldes de uma descrição densa, o que a cidade de Natividade apresenta em termos de sua herança cultural. Suas formas de expressão e a sua espacialidade imaginária são materializadas nos espaços físicos ao anunciar as diversificadas sociabilidades a partir do patrimônio material e imaterial urbano.

Imagens do Patrimônio de Natividade – a religiosidade e as edificações

Apesar dos problemas listados nos documentos endereçados às autoridades políticas, mencionados anteriormente, Natividade conquistou reconhecimento em

2 Theotonio Segurado foi ouvidor geral da Capitania de Goiás no século XIX.

razão do rico patrimônio cultural que a singulariza. A cidade é circundada por um conjunto de serras (Fotos 1 e 2) de mais de 350 metros de altitude que emoldura a parte leste da cidade. Dessas serras brotam águas cristalinas, circundadas de vegetação nativa do cerrado formando piscinas naturais. Em toda extensão das serras há diversas trilhas que levam a cachoeiras e locais de banho. Por meio da visualidade dessas imagens é possível compreender que o patrimônio cultural dessa cidade é permeado de “sentido dialógico, portanto socialmente construído e mutável” (MENESES, 2003, p. 17).

Foto 1 Praça da Igreja de Nossa Senhora da Natividade no Centro Histórico. Ao fundo, a serra que circunda a cidade de Natividade, TO.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 2 Casarios no Centro Histórico, em Natividade, TO



Fonte: Acervo da autora.

A cidade de Natividade comporta no seu centro histórico um diversificado acervo arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico composto por prédios públicos, igrejas e casarões em aprazível estado de preservação. No conjunto arquitetônico, os espaços públicos, as ruas, os becos e as praças são guarnecidas de calçamento com blocos de concreto, notabilizando-se pela beleza dos rústicos casarios coloniais (Fotos 1 e 2), das igrejas e dos prédios públicos, a exemplo do prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia situado na Praça Leopoldo de Bulhões. O prédio foi utilizado como cadeia pública até 1995. Posteriormente, o edifício foi restaurado pelo Programa Monumenta³ do Ministério da Cultura, em parceria com a Fundação Cultural do Tocantins e a Prefeitura Municipal

de Natividade, iniciado em 2007 e entregue à comunidade em maio de 2009. Hoje, o prédio restaurado abriga o Museu Histórico de Natividade. O acervo do museu com painéis explicativos e artefatos em vitrines possibilitam ao visitante ter uma visão panorâmica do processo histórico, bem como das referências culturais da cidade. Em uma breve descrição do espaço museológico, encontram-se expostas nas vitrines o ofício da ourivesaria e da atividade econômica da criação de gado, os documentos fiscais do período colonial e as festas religiosas (Romaria do Senhor do Bonfim, Nossa Senhora de Natividade e a do Divino Espírito Santo), passando pela produção de quitandas até os cantos litúrgicos.

Merece destaque no seu centro histórico a rusticidade das igrejas, como, por exemplo, as de Nossa Senhora de Natividade, São Benedito e a inacabada ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que guardam aspectos da arte do século XVIII. Em sua passagem por Natividade, em 1824, Matos (1979, p. 254) fez uma importante descrição do lugar, dando destaque às igrejas, às praças e às ruas:

O arraial de Natividade he muito extenso, tem boas praças, largas ruas, e algumas grandes casas, e o número dos fogos da povoação monta a 188. Há quatro Igrejas no arraial, a primeira he a matriz de Nossa Senhora da Natividade, templo grande, que se está concertando, e tem unicamente três altares: São Benedito, Capella pequena, e antiga que está servindo de matriz; acheia-a muito aceita: N. S. do Terço, pequena e pobre com hum altar: e a de N. S. do Rosário, que he a vasta Capella Mor de hum grande templo que se começou, e cujo corpo da Igreja ficou na altura de oito palmos. Se este templo se concluísse seria o maior da provincia: [...] O arraial já foi mais extenso e rico, como deixam ver suas ruínas. Em outro tempo existirão nesta Paróquia 40.000 escravos, e no dia de hoje a população monta apenas 754 fogos e 3.887 almas.

A Igreja de Nossa Senhora do Terço, referida por Matos (1979), há tempos deixou de existir. De acordo com as narrativas orais, as ruínas deste edifício foram destruídas por uma pessoa de família tradicional da cidade e em seu lugar construiu-se uma residência particular. As ruínas da inacabada Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em pedra, apresenta os arcos da entrada central edificadas com grandes tijolos está situada no Largo do Rosário. Os relatos de alguns viajantes registram que a igreja foi erguida pelos escravizados e que ficou inacabada por falta de recursos financeiros. O viajante Johan Emanuel Pohl (1976, p. 45) escreveu, por ocasião de sua visita à Natividade, em 1819, que “esta igreja nunca chegou a ser concluída, é o melhor testemunho sobre a rivalidade das confrarias⁴ e dos grupos raciais que elas representavam”.

³ O Programa Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, do Ministério da Cultura (MINC). Ele atua em cidades tombadas pelo IPHAN, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens e edificações localizadas nas áreas de projeto, capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, programas educativos, entre outros. (Ministério da Cultura. *Programa Monumenta*. Disponível em: www.minc.gov.br/ Acesso em: 29 de jan. 2023).

⁴ A pesquisa de Abreu (1999) mostra que no século XIX, no Rio de Janeiro, as irmandades eram acusadas de se afastarem do verdadeiro espí-

O fato é que o prédio inacabado que seria o templo dedicado à devoção à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ficou abandonado durante anos, restando o esqueleto arquitetônico do que seria o altar, as paredes laterais, o arco da entrada construído em pedra e tijolinhos e os alicerces em pedra. Em 1992, as ruínas dessa igreja passaram por uma intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Na ocasião, o arco foi restaurado, evitando um desabamento. Em 1996, foi realizado outro trabalho de restauração, também pelo IPHAN, em toda a extensão da ruína e um projeto urbanístico para o seu entorno, quando recebeu uma iluminação especial.

Com o passar do tempo, as ruínas dessa capela tornaram-se um dos maiores símbolos de devoção, considerada o cartão postal e uma das principais referências culturais em Natividade. No espaço dessa ruína e do seu entorno são realizadas atividades artístico-culturais e eventos populares. Durante o cortejo do imperador do Divino, no dia de Pentecostes, os devotos fazem uma parada em frente ao prédio, ocasião em que os alferes das folias fazem *vênia* com a bandeira (Foto 3) na direção da ruína, demonstrando reverência ao referido monumento. (MESSIAS, 2010). Na foto, fica expressa uma significativa fonte de informação como parte viva de situações festivas da realidade social de Natividade.

Foto 3 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Natividade, no dia do Reinado do imperador do Divino Espírito Santo, em maio de 2009.



Fonte: Acervo da autora.

Outra referência dos tempos do ouro que configura significativa importância para os moradores de Natividade é a Igreja de Nossa Senhora de Natividade (Foto 4), datada de 1759. O prédio guarda ainda aspectos da arte colonial do século XVIII, a exemplo da imagem da santa de devoção, talhada em madeira no estilo barroco. Em decorrência das marcas do tempo, a igreja foi passando por várias modificações no seu interior e na fachada. Nela, encontra-se a imagem de Nossa Senhora de Natividade, dois sinos de bronze, datados de 1858, e uma pia batismal. Em 1735, a imagem santa foi trazida de Portugal ao Brasil pelos padres jesuítas e enviada ao Norte da Capitania de Goiás. Foi a primeira a entrar na região, trans-

portada em embarcações pelo rio Tocantins e nos ombros dos escravizados até chegar ao destino, na antiga Vila de Natividade. A imagem da santa existente em Natividade é a mesma que vem sendo venerada há quase três séculos pelos nativitanos (TOCANTINS, 2002).

Foto 4 Igreja de Nossa Senhora da Natividade. Ao fundo, a serra que circunda a cidade de Natividade, TO.



Fonte: Acervo da autora.

Outra herança dos tempos auríferos é a Igreja de São Benedito (Foto 5), situada na Praça do mesmo nome, edificada em taipa de pilão e pedra no século XVIII. Este local muito contribuiu para o reconhecimento das várias dimensões da experiência social, dos modos de vida e da espiritualidade festiva dos nativitanos (KNAUSS, 2006). Entre as três igrejas da cidade construídas no século XVIII, a de São Benedito é a que possui menor estrutura física, apresentando fachada modesta com porta principal ladeada por duas janelas. Possui um cômodo de acesso ao público, torre e coro, bem como uma pequena nave, arco do cruzeiro e capela-mor, ladeada por sacristia e consistório.

Foto 5 Reinado do Imperador e Imperatriz do Divino Espírito Santo, em frente à Igreja de São Benedito, Natividade, TO, junho/2015.



Fonte: Acervo da autora.

De acordo com as narrativas orais, a Igreja de São Benedito funcionou regularmente até a década de 1920, permanecendo abandonada por aproximadamente cinco décadas. Ao longo do tempo, o edifício deteriorou-se, perdendo o reboco externo, a cobertura e parte do piso e das esquadrias. Foi também nesse período de abandono que foi roubada a imagem original do santo. Todavia,

rito cristão, vivendo em lutas internas e em rivalidades umas com as outras. Scarano (1978) também assinala que a construção das Igrejas era um dos pontos em que mais se manifestaram as rivalidades, pois cada confraria procurava executar a obra à altura de competir com as congêneres. Naquele contexto, as associações de melhor condições financeiras estabeleciam padrões que as demais procuravam seguir, na medida de suas possibilidades.

anos depois, o templo recebeu a doação de uma nova imagem de São Benedito, ofertada pelo casal de nativitanos Maximiano da Matta Teixeira e Amália Hermano de Teixeira (TOCANTINS, 2001).

O templo de São Benedito passou por um processo de restauração, em 1984, sob supervisão do IPHAN. As narrativas orais nos informam que essa restauração foi fruto de um movimento realizado na década de 1970 por autoridades políticas e intelectuais junto ao governo do Estado de Goiás, que reivindicavam o tombamento das igrejas de Natividade. É relevante destacar que naquele contexto a política nacional de cultura estava passando por um processo de reorganização no estado brasileiro. De acordo com Chuva (2012, p. 157) foi naquela “conjuntura que se dar a ampliação do conceito de patrimônio cultural em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural”. A autora salienta que foi nesse momento da realização de uma política nacional de cultura que se formalizou um conjunto de diretrizes que previu ações em parcerias, entre ministérios e outros níveis do poder público, visando a restauração de bens arquitetônicos. Cecília Londres (2017) também discute minuciosamente sobre as práticas de tombamento, mostrando a sistemática desses processos e a política de preservação decorrentes da reorientação de uma prática da política cultural implementada pelo Estado naquele período.

No período de 1994 a 1999, foram realizadas obras de manutenção e restauração, pela 2ª Sub-regional/14ª Regional, do IPHAN, no templo de São Benedito, com a pintura da capela-mor, arco-cruzeiro e altar-mor e, em abril de 2000, a igreja restaurada foi entregue à comunidade. Na ocasião, foi realizada uma missa solene, com a entronização da imagem de São Benedito, tendo sido retomadas as celebrações de missas dominicais e os novenários.

O imaginário social mítico e religioso de Natividade se faz presente nas edificações e esculturas que se espalham pela cidade, desde os casarios que guardam histórias místicas de seus moradores, às igrejas aqui retratadas e às esculturas e às decorações que se encontram no sítio Jacuba. Ali vive a senhora Romana, conhecida como Mãe Romana, 81 anos, negra, descendente de escravizados. Ela e os seus residem no Sítio Jacuba, a cerca de 3 km do centro de Natividade, onde ela construiu uma espécie de santuário.

Dizendo instruída por seres espirituais, Mãe Romana construiu múltiplas e diversificadas esculturas misturando cimento, pedras, arames, espelhos, garrafas de vidro, etc. Entre as imagens representadas nas esculturas estão portais, santos, anjos, pássaros, crucifixos, animais, torres entre outros (ver Foto 7 para um exemplo). Na entrada da casa de Mãe Romana, há um arco amarelo feito de cimento decorado com pequenos pedaços de espelhos e pedras com pontas que assemelham os raios solares (Foto 6). Há no espaço, também, um galpão em que ela armazena diversificados mantimentos como, grãos, sementes, livros, roupas, medicamentos, ervas, entre outros. Segundo

Mãe Romana, esses mantimentos serão utilizados quando ocorrer a mudança do eixo da terra.

Foto 6 Porta da entrada da casa de Mãe Romana em Natividade em 08 ago. 2014.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 7 Esculturas e decorações que se encontram no sítio Jacuba da Mãe Romana, em Natividade, em 08 ago.2014.



Fonte: Acervo da autora.

Mãe Romana é considerada mística e recebe em sua morada muitas pessoas, visitantes, curiosos ou que vão em busca de alguma ajuda espiritual. Em sua casa, que sempre está aberta, os visitantes são muito bem acolhidos. Mãe Romana é conhecida não somente no Tocantins, se tornando mais conhecida no país após ser inspiração para uma personagem da novela da Rede Globo, “O outro lado do paraíso”, interpretada pela atriz Fernanda Montenegro.

Já foram realizados estudos sobre a produção imagética da Mãe Romana. Todavia, conforme adverte Knauss (2006) é salutar compreender a importância do estudo da produção artística como fonte de discursos que se relacionam com a vida em sociedade nativitana.

Tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico da cidade de Natividade

O riquíssimo acervo natural e cultural levou a cidade de Natividade a ser reconhecida pelo IPHAN, em 1987, como Patrimônio Histórico Nacional, inscrito nos Livros do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O despacho do então Ministro da Cultura sobre o ato de homologação desse tombamento foi publicado no Diário Oficial de 14 de julho de 1987:

Nos termos da lei nº 6.292 de 15 de novembro de 1975, e para os efeitos do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, homologou o tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de

Natividade, Goiás, a que se refere o Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Ministério da Cultura, Ministro Celso Monteiro Furtado (BRASIL, 1987).

O processo desencadeado para a efetivação do tombamento do centro histórico de Natividade teve uma longa trajetória. O caminho percorrido pode ser certificado por meio de diversos documentos que compõem o Dossiê de Tombamento Federal do IPHAN, tais como: ofícios, atas de reuniões e relatórios, que demonstram justificar a necessidade de tal instrumento de salvaguarda.

De acordo com o Documento Informação nº 79/85, o pedido de tombamento foi baseado na Propositura nº 1519, de 15.06.1983, de autoria do Deputado Estadual de Goiás, Maranhão Jupiassú. Na propositura, o deputado ressaltou a importância de Natividade como marco representativo, em Goiás, das cidades do ciclo do ouro, destacando ainda, que a sua preservação deveria ser feita o quanto antes.

O interesse em se preservar o patrimônio cultural de Goiás, e mais especificamente o de Natividade, já havia sido manifestado antes da proposta da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio do convênio firmado em 1981, entre Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento (SUPLAN) e Fundação Cultural de Goiás, para a execução das obras de restauração de dois importantes monumentos da cidade: a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade e a Capela de São Benedito, ambas situadas no núcleo histórico da cidade (IPHAN, 1985).

Em outro documento, intitulado Informação n.º 89/86, datado de 25 de junho de 1986, encaminhado ao Secretário da SPHAN, o diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC) daquela Secretaria, Augusto C. da Silva Telles, menciona que ficou plenamente segundo a proposta de tombamento, baseada em extensa documentação fotográfica, gráfica e histórica, elaborada pelos técnicos da 8ª Diretoria Regional (DR), pela técnica historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva e pela arquiteta Helena Mendes dos Santos, que propunham para tombamento trecho significativo do centro urbano da cidade de Natividade e os vestígios ainda existentes das antigas minerações na vertente Oeste da Serra de Natividade:

[...] Julgamos da maior importância este tombamento, no sentido de tratar de acervo característico de uma arquitetura vernacular produzida na área longínqua do interior do Brasil, onde toda uma arquitetura “ingênu”, de gosto popular, foi produzida. Ao mesmo tempo, propõe-se a preservação dos vestígios de extensas obras relacionadas às primeiras minerações, dos séculos XVIII e XIX, que ainda não foram estudadas, mas que mostram, pelos restos ainda existentes, terem sido construídas de obras civis de vulto, barragens, canais, e moradas, provavelmente de escravos. (IPHAN, 1986)

A defesa exposta anteriormente em trechos do documento de que a cidade desempenhou singular impor-

tância no passado histórico de Goiás foi também explicitada na Ata da 124ª reunião do Conselho Consultivo da SPHAN, realizada no salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 1987. A ata lavrada pela secretária Elena Pinto Ribeiro destaca a fala elogiosa de Gilberto Velho, relator do processo nº 1.117-T84, referente ao tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico da cidade de Natividade:

O conselheiro Gilberto Velho iniciou dizendo tratar-se de um pedido de tombamento feito pela Assembleia Legislativa e considerado plenamente justificável, segundo os pareceres técnicos da SPHAN. Elogiou a competência dos mesmos e prosseguiu dizendo que Natividade teve importante papel na história da região, ligada ao ciclo da mineração e do gado e que o conjunto arquitetônico expressa essa importância, pois embora modesto, é definido como significativamente homogêneo nos pareceres técnicos. O conselheiro enfatizou a importância, cada vez maior, do significado da definição do entorno que estabelece, neste caso, de maneira dramática, as vinculações da área urbana com o meio ambiente natural da serra da Natividade, explicitando, claramente a relação do fator sócio-cultural com a geografia e com a ecologia, através da atividade econômica, e com a história. Continuou, ainda, dizendo que Natividade parece ser excelente exemplo de tombamento que leva em consideração a complexidade do sistema natureza e cultura, nos diferentes níveis. (IPHAN, 1987)

Com o reconhecimento de patrimônio cultural do Brasil, por meio do tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade, a partir daquele momento, diversas ações de restauração foram executadas, com vistas à proteção e à salvaguarda desse bem cultural. Em 2008, em um concurso organizado pela Revista Caras, a cidade ganhou o título de uma das sete maravilhas brasileiras. Tais iniciativas ganharam novas atenções, a exemplo das ações de restauração dos prédios, praças e ruas do centro histórico por intermédio do Programa Monumenta, no período de 2007 a 2009, favorecendo a recuperação e a proteção de prédios públicos e privados.

Dentre os vestígios da mineração, mencionados nos documentos do Dossiê de Tombamento, destaca-se a arte da ourivesaria de joias artesanais, a qual utiliza a técnica da filigrana, que consiste em utilizar para a confecção das peças finos fios de ouro ou prata minuciosamente entrelaçados manualmente (IPHAN, 2006). Pelas mãos habilidosas dos ourives artesãos, os finos e delicados fios em ouro são transformados em joias artesanais como pingentes, gargantilhas, anéis, cordões, pulseiras e brincos. São peças com *design* variados e singulares, sendo as mais apreciadas os pingentes com a pomba do Divino Espírito Santo, a peixa e o coração nativo, o brinco flor de maracujá, o colar de lantejoulas, o anel e a pulseira escravo, usados pela comunidade nativitana como adornos no dia-dia, mas de modo especial durante os eventos festivos locais. Os nativitantes têm a prática de presentear com joias as pessoas queridas e os familiares em ocasiões especiais, como nascimento, aniversário, batizado. Essa

prática demonstra o apreço que a comunidade tem por aquele bem cultural. Geralmente, as joias são feitas por encomenda, cuja demanda de aquisição e uso aumenta durante a realização das festividades populares locais.

A matéria-prima utilizada para a fabricação destas joias é retirada de galerias escavadas nas encostas de serras localizadas nas proximidades do município. Segundo alguns moradores, por volta dos anos de 1980, a técnica esteve próxima de se extinguir, uma vez que os antigos artesãos foram morrendo ou mudando de localidade sem transmitir o ofício. Parecia não haver interesse por parte dos jovens em aprender o ofício da arte.

Atentos ao problema, em 1996, a Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA), presidida pela nativitana Simone Camêlo Araújo, apoiada pelo Programa Monumenta do Ministério da Cultura, idealizou e organizou a realização de um Projeto de Apoio às Joias Artesanais de Natividade. Entre as várias atividades desse projeto, foi realizada a Oficina Educacional de Joias Artesanais Mestre Juvenal para jovens aprendizes, visando a capacitação a fim de garantir a continuidade e sustentabilidade desse Patrimônio Cultural. Assim, aos poucos, os ourives artesãos que dominavam a técnica transmitiram o conhecimento e, gradativamente, o número de jovens artesãos que se entusiasmaram com o ofício dos seus ancestrais aumentou.

Desde então, diversas iniciativas se sucederam para gerar renda, difundir, preservar, salvaguardar e valorizar a produção das joias. Uma das ações realizadas pela ASCCUNA, com o apoio de múltiplas entidades e órgãos das esferas federal, estadual e municipal, consistiu em levar as joias para exposições em eventos nacionais e estaduais. O Governo do Estado do Tocantins, também realizou ações de difusão e valorização das joias em âmbito nacional e internacional, buscando atrair investimentos e parcerias. Em 2005, o Ano do Brasil na França, as joias de Natividades foram expostas no Espaço Brasil em Paris. A exposição se repetiu em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro. As joias de Natividade também compuseram o visual nos acessórios de personagens da novela “O outro lado do paraíso”, da Rede Globo. Tais ações empreendidas com empenho coletivo proporcionaram resultados relevantes e significativos, elevando o sentimento de estima e pertencimento da comunidade nativitana.

No campo da política de preservação do patrimônio, o desejo da comunidade nativitana é que esse bem cultural obtenha o reconhecimento da sua importância sociocultural como patrimônio brasileiro. Nessa perspectiva, teve início em 2007 um trabalho de inventário, em parceria entre o IPHAN e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), visando produzir conhecimento e documentação sobre as referências culturais de Natividade, na perspectiva de instruir o processo de registro da arte das joias artesanais (LIMA, 2008). O trabalho do inventário ficou paralisado durante alguns anos, todavia, em agosto de 2022 realizou-se uma reunião na cidade de Natividade

entre do IPHAN, ASCCUNA, Secretária Municipal de Cultura de Natividade, ourives, além de pessoas da comunidade nativitana sobre a proposta de Registro da Ourivesaria de Natividade como Patrimônio Cultural Brasileiro. Naquela ocasião, deliberou-se coletivamente que o pedido de registro da ourivesaria seria levado adiante seja como ofício ou forma de expressão a partir das características do bem cultural. As perspectivas são de entusiasmo para que os trabalhos sejam retomados no ano de 2023.

Portanto, Natividade, cidade do estado do Tocantins tem sua paisagem revisitada tanto pelo olhar das políticas públicas quanto por esses processos de recuperação e proteção. Por esse motivo, cria-se também um olhar sobre o patrimônio imaterial e material disseminado no sentido de viver a cidade, isto é, nos significados de cada rua estreita ladrilhada, de cada casario, de suas igrejas e das performances exibidas pelas edificações de seus moradores.

As festas religiosas como importante referência cultural dos nativanos

Os moradores de Natividade participam o ano inteiro de variadas celebrações festivas que simbolizam espiritualmente o seu modo de vida, a religiosidade e o entretenimento da vida cotidiana. São celebrações e manifestações culturais regadas de sentidos e significados realizadas no espaço urbano e no entorno da cidade. De acordo com as narrativas dos moradores locais, a Festa do Divino Espírito Santo é a mais representativa.

A Festa do Divino Espírito Santo consiste em uma prática cultural realizada há mais de duzentos anos. Todos os anos, a festa atrai milhares de pessoas, motivadas por um sentimento comum em que os devotos agradecem as graças recebidas e pedem proteção e outras bênçãos para o ano seguinte. A festa reúne milhares de devotos em diversificados momentos e rituais, como reuniões, missas, giro das folias, procissões, cortejos e fartos banquetes, que dinamizam de maneira significativa a vida social dos nativanos, representando no cenário do município uma referência cultural de significativa importância (MESSIAS, 2010, 2020, 2021).

Essa festa popular é longa e cheia de detalhes. Tal peculiaridade de detalhes e organização nos leva a caracterizar sua duração de um ano por envolver diferentes momentos. Pode-se afirmar que se inicia no Domingo de Pentecostes do ano vigente e se finda no Domingo de Pentecostes do ano vindouro. Ao longo do ano, os organizadores da festa estão constantemente envolvidos com intensos e minuciosos preparativos, que se intensificam à medida que se aproxima o ápice da festividade. Por se tratar de uma festa longa, sua preparação e sua realização envolvem muita gente, construindo, assim, uma rede de sociabilidades e afetividade entre os familiares e participantes.

A expectativa dos devotos pela Festa do Divino é muito grande. O dia principal da festa é conhecido como o Grande Dia, ou Reinado do Imperador. Nesse dia, a ci-

dade é despertada por volta das cinco horas com o som de fogos de artifícios, anunciando que chegou o Grande Dia: “É dia de Pentecostes... É Dia do Reinado do Imperador do Divino” (MESSIAS, 2010, 2021).

O reinado é um momento muito marcante e apreciado pelos nativitanos. No período da manhã, o imperador, a imperatriz, os alferes das folias, os familiares e amigos saem da casa do imperador, em cortejo, pelas ruas da cidade, até a Igreja do Divino Espírito Santo (Foto 8). O evento é uma fonte visual interessante que coloca em evidência as relações dos moradores com a vida cotidiana interconectada com a devoção ao Divino Espírito Santo. Talvez esse momento a paisagem de Natividade seja atravessada pelo grande contraste que transforma o seu o espaço urbano, uma vez que a cidade vive em suas ruas com os transeuntes então devotos desse evento festivo que modifica tal paisagem.

Foto 8 Cortejo do imperador e imperatriz no Dia do Reinado, no Domingo de Pentecostes, em Natividade, TO, junho de 2015.



Fonte: Acervo da autora.

Moraes Filho (1979), Abreu (1999) e Schwarcz (2001) acentuam que, até o ano de 1855, nenhuma festa popular no Rio de Janeiro foi mais atraente, mais alentada de satisfação como a Festa do Divino. Abreu (1999) salienta que por um longo tempo, a Festa do Divino no Rio de Janeiro, foi a mais importante no extenso calendário festivo da cidade de comemorações religiosas que privilegiava as demonstrações exteriores de devoção.

As festividades em louvor ao Divino em Natividade nos ajudam a compreender como as identidades, entre outras singularidades dos nativitanos se definem e se constroem por seu cunho festivo. As festas são ansiosamente esperadas pelos moradores locais, de modo especial pelos seus organizadores, configurando em referências identitárias importantes que demarcam o seu patrimônio cultural.

O cortejo reproduz os costumes de uma corte imperial, com os festeiros usando trajes nas cores vermelha e branca, similares aos trajes da corte de imperadores e mordomos. Na igreja, devidamente ornamentada, uma multidão os aguarda. A missa é muito concorrida e a igreja fica lotada. A emoção dos devotos se expressa e pode ser observada tanto no uso altivo das indumentárias do cortejo quanto na assiduidade de suas presenças entre ruas e becos ao se deslocarem até o local da festividade. A cerimônia é longa e permeada de simbologias. Após a

missa, a partir de uma lista de candidatos, é feito o sorteio dos novos festeiros para o ano seguinte. A expectativa e a comoção envolvem os devotos e os agraciados no sorteio, comovidos, choram e se abraçam pela graça recebida. O sorteio dos novos festeiros significa a garantia e o recomeço da festa. Ou seja, a Festa do Divino, de Natividade, constitui uma prática cultural regada por fé e por devoção, com intenso significado para os nativitanos, sendo fortalecida e ressignificada a cada ano (MESSIAS, 2010, 2020, 2021).

Um dos significativos momentos dessa festividade é o giro das três folias, realizado todos os anos. O ritual da saída das folias para o giro é realizado no Domingo de Páscoa. Na ocasião, as três folias se encontram na Praça da Igreja Matriz, onde uma multidão de devotos os aguarda, para celebrar e se despedir dos foliões. Dali, os foliões partem montados a cavalo, para um giro de 40 dias, percorrendo longas distâncias pela área rural e municípios circunvizinhos, transmitindo a mensagem divina aos devotos e arrecadando donativos para a festa (MESSIAS, 2010, 2020, 2021).

O retorno dos foliões do Divino à cidade, acontece após quarenta dias, sendo marcado com uma cerimônia denominada de Encontro das Folias, onde são recebidas com bastante animação. O encontro festivo das três folias acontece na Praça da Igreja Matriz, entremeado com cores vibrantes, alegres e longas cantorias (Foto 9). Na foto, a cidade demonstra como os sentidos e os significados das Festas do Divino são produzidos e entram em circulação em contextos socioculturais específicos com o poder cultural e devocional do Encontro das Folias investido de relações humanas (KNAUSS, 2006).

Foto 9 Encontro das Folias do Divino, em Natividade, TO, maio de 2009.



Fonte: Acervo da autora.

Considerações Finais

A guisa de conclusão, o que procurei mostrar neste ensaio é que a cidade de Natividade ao longo do tempo produziu uma visualidade de valor histórico, cultural e construção identitária própria. Todavia, as informações aqui descritas não esgotam a rica e a complexa representação sociocultural dessa cidade. O seu legado histórico está presente nos mais variados aspectos e o seu estudo ajuda a perceber que as transformações e as performances foram influenciadas por múltiplos fatores que desdobram ao longo do tempo e espaço.

Não restam dúvidas que Natividade se tornou conhecida nacionalmente graças aos esforços coletivos da comunidade local, em prol da preservação e valorização do seu rico e diversificado patrimônio cultural, em especial, a arquitetura colonial das igrejas e casarios, por suas jóias filigranadas, as esculturas e decorações de mãe Romana e as suas festas religiosas. É certo que a preservação do seu patrimônio cultural beneficiou a cidade.

Diante da importância da iconografia desta cidade, que expressa referências identitárias locais e regionais relevantes, a ideia nessas linhas foi tão somente mostrar por imagens, narrativas e dados históricos que a cidade, em seu patrimônio cultural material e imaterial, anuncia a cultura local e mostra o quanto os espaços edificados revelam sobre a sociabilidade entre seus moradores.

Referências

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BRASIL. Tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade, Goiás. *Diário Oficial* de 14 de julho de 1987. Seção I.

BRASIL. Tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade, Goiás. *Diário Oficial*. Quarta-Feira 22 Jul, 1987. Seção I.

CAVALCANTE, M.E. S. R. *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: A. Garibaldi; Goiânia: UCG, 1999.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

GOIÁS. *Arquivo Histórico Estadual de Goiás*. Caixa nº 1. Resolução de 1º de junho de 1831. Goiânia, Goiás, 1831.

GOIÁS. *Arquivo Histórico Estadual de Goiás*. Caixa nº 5. Lei nº 769, de 8 de novembro de 1886, Goiânia, Goiás, 1886.

GOIÁS. *Arquivo Histórico Estadual de Goiás*. Caixa nº 5. Manuscrito de 4 de abril de 1900. Goiânia, Goiás, 1990.

IPHAN. Informação n.º 79/85. *Dossiê de Tombamento Federal do SPHAN*. Distrito Federal, 1985.

IPHAN. Informação n.º 89/86. *Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade de Natividade*. Distrito Federal, 1986.

IPHAN. Ata da 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê de Tombamento Federal do SPHAN*. Distrito Federal, 1987.

IPHAN. *Jóias Artesanais de Natividade*. Brasília, DF. IPHAN / MONUMENTA, 2006.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. Artcultura, Uberlândia, MG, v. 08, n. 12, p. 97-115, 2006.

LIMA, S. M. F. *Natividade/TO e sua arte secular - a ou-*

rivesaria em filigrana de jóias artesanais em ouro e prata. In: Anais do X Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 2008. Disponível em www.preac.unicamp.br Acesso em 16 de abril de 2010.

MATOS, R. J. C. *Chorographia histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Líder, 1979.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Morfologia das cidades brasileiras*. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 144-153, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço histórico, propostas cautelares*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO*. Goiânia, GO. Tese de Doutorado em História. UFG, 2010. 352 p.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Tempo de Pentecostes na cidade patrimônio cultural: Natividade/TO. In: BALSAN, R.; NASCIMENTO, N.do. *Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade* (Org.). Palmas, TO: EDUFT, 2020. p. 42-55.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Tempo de pandemia: suspensão da Festa do Divino Espírito Santo, de Natividade/TO. In: LEITE, A. M. P.; MENESES, V.D. (Org.). *Mídia, imagem e cultura: vivências de extensão universitária*. Palmas, TO: EDUFT, 2021. p. 41-48.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa Monumenta*. Disponível em www.minc.gov.br/ Acesso em 29 de jan. 2023.

MORAES Filho, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

PALACÍN, L.; BORGES, A. M. *Patrimônio Histórico de Goiás*. Goiânia: J. Câmara, 1976.

PALACÍN, L. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia: UCG, 1994.

POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil. 1782-1834*. São Paulo: Itatiaia, 1976.

SCARANO, J. *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TOCANTINS. *Igreja de São Benedito*. Almanaque Cultural do Tocantins. Ano 3 nº 22, setembro de 2001. Palmas, TO.

TOCANTINS. *Natividade da mãe de Deus*. Almanaque Cultural do Tocantins. Ano 4 nº 33, agosto de 2002. Palmas, TO.